

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|----|
| PREFÁCIO | 5 |
| RESUMO..... | 7 |
| ABSTRACT | 9 |
| NOTA PRÉVIA | 11 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... | 13 |
| CAPÍTULO I – Introdução | 15 |
| 1. Delimitação do objeto do estudo..... | 15 |
| 2. Estrutura do trabalho..... | 20 |
| CAPÍTULO II – O processo de harmonização do IVA europeu | 23 |
| 1. Etapas no processo de harmonização | 28 |
| 2. O papel do TJUE no processo de harmonização do IVA na UE..... | 32 |
| 3. O Livro Verde sobre o futuro do IVA..... | 39 |
| CAPÍTULO III – O princípio estrutural do sistema comum do IVA: Neutralidade | 43 |
| 1. Características do IVA: a neutralidade como princípio nuclear do imposto | 45 |
| 2. Sujeito Passivo e Repercutido | 53 |
| 3. O direito à dedução como garante da neutralidade do IVA | 58 |
| 3.1. Requisito subjetivo: “ <i>fins das suas operações tributadas</i> ” .. | 58 |
| 3.2. Requisitos objetivos e formais | 66 |
| 3.3. Requisito temporal..... | 75 |

| | |
|--|-----|
| 4. “Relação direta e imediata” como requisito do direito à dedução e os <i>inputs</i> mistos | 76 |
| CAPÍTULO IV – Determinantes subjetivas do direito à dedução | 85 |
| 1. O conceito de “atividade económica” | 85 |
| 1.1. Vinculação do “Sujeito Passivo” ao conceito de atividade económica | 86 |
| 1.2. Atos preparatórios e atos consecutivos ao exercício de uma atividade económica | 91 |
| 1.3. Tributação das atividades ilícitas | 97 |
| 1.4. A exploração “passiva” de um bem como fonte de delimitação negativa do conceito de “atividade económica” – operações relativas a participações sociais | 102 |
| 1.4.1. Aquisição e detenção de participações sociais... | 104 |
| 1.4.2. Alienação de participações sociais – o Caso <i>SKF</i> ... | 115 |
| 1.4.3. Posição da Autoridade Tributária | 120 |
| 1.4.4. A dedução do IVA no âmbito da gestão de participações sociais | 122 |
| 2. Delimitação negativa de incidência no âmbito das Pessoas Coletivas de Direito Público | 130 |
| 3. As isenções nas operações internas | 131 |
| CAPÍTULO V – A dedução (proporcional) do IVA e os “sujeitos passivos mistos” | 147 |
| 1. Delimitação do âmbito da aplicação dos métodos de repartição dos <i>inputs</i> mistos – o art.º 23.º do CIVA | 149 |
| 2. Metodologias propostas | 154 |
| 3. Método da afetação real | 160 |
| 3.1. Caracterização e exigências contabilísticas | 160 |
| 3.2. Atividade económica Vs atividade não económica | 166 |
| 3.2.1. Imposição legal da utilização da afetação real ... | 166 |
| 3.2.2. Caso <i>Securenta</i> | 168 |
| 4. Método de percentagem de dedução (<i>pro rata</i>) | 173 |
| 4.1. Composição da fração | 173 |
| 4.2. Enquadramento das subvenções | 183 |

| | |
|---|-----|
| 4.2.1. O conceito de “subvenção” | 183 |
| 4.2.2. Subvenções tributadas Vs Subvenções não tributadas | 185 |
| 4.2.3. O efeito das subvenções no cálculo do <i>pro rata</i> | 190 |
| 4.3. Alienação de bens de investimento usados | 194 |
| 4.4. Operações imobiliárias e financeiras acessórias | 200 |
| 5. Regularizações iniciais e subsequentes do IVA deduzido.... | 207 |
| 5.1. Regularizações da dedução inicial | 207 |
| 5.2. Regime especial de ajustamento das deduções dos bens de investimento | 209 |
| 5.2.1. Regularizações do IVA proporcionalmente deduzido em bens de investimento | 209 |
| 5.2.2. Exemplificação | 217 |
| 5.2.3. Entrega de bens durante o período de regularização | 223 |
| 5.2.4. Regras específicas de regularização para bens imóveis | 229 |
| 5.3. Regularizações do ativo imobilizado: conceito de “serviços de investimento” | 234 |
| 5.4. Afetação de bens entre setor isento ou não sujeito e um setor tributado – os autoconsumos internos..... | 237 |
| 6. Recuperação do IVA suportado no estrangeiro – o Caso <i>Société Monte Dei Paschi Di Siena</i> | 246 |
| 7. A dedução proporcional do IVA noutros Estados-membros da UE | 255 |
| CAPÍTULO VI – A utilização mista no âmbito dos “consumos privados” | 263 |
| 1. Explanação do problema | 263 |
| 2. Quantificação da base tributável | 272 |
| 3. Enquadramento jurisprudencial | 276 |
| 3.1. A dedução prévia do IVA como requisito à tributação do consumo privado – Caso <i>Kühne</i> e Caso <i>Fischer</i> e <i>Brandenstein</i> | 276 |
| 3.2. Caso <i>Charles</i> e <i>Charles-Tigmens</i> | 279 |

| | |
|--|-----|
| 3.3. Caso <i>VNLTO</i> | 286 |
| 3.4. Caso <i>Sandra Puffer</i> | 295 |
| 3.5. Caso <i>Klub</i> | 297 |
| 4. Diretiva n.º 2009/162/UE do Conselho – o fim dos esquemas de otimização fiscal..... | 299 |
| 5. Doutrina da Administração Fiscal portuguesa – O caso do turismo rural..... | 306 |
| CAPÍTULO VII – Conclusões | 309 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 327 |
| LEGISLAÇÃO | 337 |
| Lista Cronológica dos acórdãos mencionados | 339 |
| 1. Jurisprudência do TJUE | 339 |
| 2. Jurisprudência nacional | 344 |
| APÊNDICE A – Isenções em benefício de atividades de interesse geral | 347 |
| APÊNDICE B – Isenções em benefício de outras atividades .. | 351 |
| APÊNDICE C – Operações que os Estados-membros podem continuar a isentar | 353 |